

## Introdução

Os autores escrevem as suas respectivas literaturas nacionais,  
mas a literatura mundial é obra dos tradutores

José Saramago

Translation is not a matter of words only: it is a  
matter of making intelligible a whole culture

Anthony Burgess

Translators are the artisans of compromise since  
they are at home in two cultures and two literatures

André Lefevere

Durante o século XX, no tocante à atividade de tradução, insistiu-se, em torno do Mito de Babel, na ideia da impossibilidade de traduzir, sobretudo os textos literários. Apesar disso, há neste novo século um renovado interesse por tal atividade - designadamente a da tradução de literatura - cujo incremento resulta de processos acelerados de mundialização da cultura e de globalização económica. A criação de organismos, de instituições internacionais e os múltiplos avanços na área das tecnologias têm igualmente gerado um notório aumento do volume de traduções à escala planetária.

Na Primeira Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Brasília, março 2010) <sup>1</sup> e na VIII Conferência de Chefes de Estado e do Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP, Luanda, julho 2010), os países membros decidiram implementar o Plano de Ação de Brasília (“Resolução do Plano de Ação de Brasília”, s/d: s/p.). Tal plano contempla estratégias de promoção da língua portuguesa no sistema mundial, nomeadamente em organismos internacionais, nele se mencionando a necessidade de promover uma formação especializada para o desempenho profissional de tradutores e de intérpretes em organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO.

No mesmo plano, e no que diz respeito concretamente ao aumento da tradução literária, foram declarados alguns objetivos prioritários, entre os quais o incentivo à tradução, publicação, distribuição e divulgação de obras de autores de Estados membros da CPLP em terceiros países, bem como a participação,

---

<sup>1</sup> A primeira conferência integra um plano estratégico de ação global da CPLP, relativamente à internacionalização da língua portuguesa no sistema mundial.

sempre que possível conjunta, em feiras internacionais do livro. No sistema literário mundial, a tradução surge como um veículo de intercâmbio ideológico, uma importante via de reconhecimento e um meio de consagração de escritores de diversificados espaços geográficos, permitindo aos mesmos extrapolar o campo literário nacional, acedendo ao internacional.

Na disputa pela centralidade, determinadas línguas ocupam manifestamente um espaço fulcral no sistema de tradução mundial. Assim, quanto mais uma língua for língua de partida, mais ela se torna central. Ora, é a partir da língua inglesa que se traduzem 40% das obras do mundo, apesar da percentagem dos livros, publicados originalmente em inglês, tender a diminuir. Nessa dinâmica, a língua inglesa é detentora da primeira posição, seguida do francês, do alemão e do russo, sendo que os três quartos dos livros traduzidos no mundo são-no a partir destas quatro línguas. Depois, vêm o italiano, o espanhol, o dinamarquês, o sueco, o polaco, o checo, o chinês, o japonês, o árabe e ainda, numa posição menos expressiva e periférica, o português <sup>2</sup> (Calvet, 2002: 166 - 167).

No âmbito da tradução literária, as cinco Literaturas Africanas de Língua Portuguesa <sup>3</sup> carecem de uma sistematização de noções tradutológicas, exceção feita para a existência de relatos de dificuldades, pelo que se acautela tal projeto com a presente investigação, integrando o quadro conceptual e prático da literatura e da tradução literária. É assim nosso objetivo colaborar na

---

<sup>2</sup> Avalia-se muito abaixo de 1% a percentagem de obras traduzidas do português como língua de partida (Calvet, 2002: 135).

<sup>3</sup> No discurso académico de língua portuguesa dos anos oitenta, no século passado, estas literaturas eram designadas por "Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa". Tal nomenclatura foi alvo de discordância no meio académico, pois a língua mediadora de discursos literários integra, não a expressão cultural portuguesa, mas as expressões culturais africanas. Sendo assim, é atualmente mais consensual usar-se a denominação "Literaturas Africanas de Língua Portuguesa".

problematização e na metodização de um enquadramento conceptual e terminológico que esteja adaptado ao labor e ao processo criativo dessa tradução.

A responsabilidade e a tarefa do tradutor de variedades literárias africanas revelam-se por vezes complexas, pois ao transferir significados e recriar textos, tendo em atenção o idioleto dos escritores, o tradutor é colocado perante a missão de ser tradutor de um tradutor. Os escritores, que se assumem como tradutores das suas realidades, dão conta de culturas e de identidades que interagem com um fenómeno multilingue, revelador de partilhas interculturais.

Em 1994, no encontro “Onzièmes Assises de la Traduction Littéraire” (Arles), Michel Laban, tradutor de Luandino Vieira para a língua francesa, referiu as dificuldades dessa mediação e os obstáculos colocados pela tradução da obra luandina, dada a presença de “várias línguas” no idioleto do escritor: o português padrão, o português de Luanda, termos e expressões do kimbundu e criações linguísticas próprias do autor (Laban, 1995: 46 - 47). Daí se atribuir um especial mérito a Laban por, na década de 90, ter solitariamente desafiado os inúmeros obstáculos de uma tradução pioneira de alguns escritores africanos de língua portuguesa. Na sua solitária contenda, Laban afirmou: “Quand je traduis un texte africain, je me trouve face à l’immense obstacle qui est celui de traduire plusieurs langues en même temps” (Laban, 1995: 46)<sup>4</sup>.

Por outra parte, a investigadora Susan Bassnett menciona uma ausência de textos teóricos com potencial desenvolvimento, na vasta área de Estudos de Tradução, e que poderão vir a influenciar a história literária. Não é sem

---

<sup>4</sup> Em contexto paratextual, Ondjaki expressa uma profunda admiração por Laban no seu romance *Os Transparentes* (Prémio José Saramago 2013), justamente por valorizar a atividade do tradutor (Ondjaki, 2012: 429).

fundamento que, prevendo mudanças de paradigma no século XXI, Bassnett salienta o caráter cada vez menos eurocêntrico e ocidental da investigação em tradução. Nas suas palavras, esta progride a bom ritmo na Índia, na China, nos países árabes, na América Latina e no continente africano. Com um enfoque redimensionado em fatores ideológicos e linguísticos, a tradução e a sua reflexão abrem caminhos no discurso pós-colonial <sup>5</sup> (Bassnett, 2003: 10). Bassnett reconhece ainda que os tradutores têm vindo a beneficiar de um cruzamento de saberes e de uma investigação com características interdisciplinares, designadamente de conhecimentos da linguística sobre bilinguismo e multilinguismo (Bassnett, 2003: 28).

São estes os principais reptos que motivam o nosso estudo, centrado na língua literária portuguesa em África, língua comum por herança histórica a cinco países situados ao sul do Saara: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, prevendo-se a breve trecho a adesão da Guiné Equatorial, a pedido da mesma, na CPLP.

A nossa reflexão incidirá na região de um continente africano, imenso na sua diversidade, que, estando sujeita a alguns denominadores comuns, ainda assim não é compatível com uma avaliação genérica. Ao traduzir-se um escritor africano traduz-se a sua pertença a uma determinada geografia africana, traduzindo um específico contexto linguístico e o seu ambiente de cultura (s). É um facto que a tradução de culturas, refletidas nas escritas literárias de africanos,

---

<sup>5</sup> Reconhecendo-se o mérito dos estudos sobre Pós-colonialismo, o nosso enfoque está todavia redimensionado para as independências e para o renascimento do continente africano, sendo nossa opção designar a tradução que aqui será empreendida de “tradução de obras literárias africanas produzidas na época da independência”.

requer a adesão à perspectiva de negociação transcultural, proposta por Homi Bhabha, na sua obra *The Location of Culture*:

The question of cultural difference faces us with a disposition of knowledge or a distribution of practices that exist beside each other, *abseits* designating a form of social contradiction or antagonism that has to be negotiated rather than sublated. The difference between disjunctive sites and representations of social life has to be articulated without surmounting the incommensurable meanings and judgments that are produced within the process of transcultural negotiation. (Bhabha, 2002: 162)

A ambientação cultural da língua portuguesa, também língua africana na região subsaariana, convoca na nossa investigação uma vasta panóplia de conhecimentos das áreas da sociolinguística, da literatura, da literatura e da sua História, das culturas e da tradução. No contexto da literatura angolana, o escritor Ondjaki e a sua obra, produzida na época da independência, compõem a parte de experimentação do nosso objeto de estudo. De entre os vários géneros trabalhados pelo autor, a fruição textual e a identificação temática motivaram a nossa preferência por obras suas de literatura infantojuvenil.

O *corpus* sobre o qual incide a nossa tradução é constituído por três contos infantis, *Ynari a Menina das Cinco Tranças*, *O Leão e o Coelho Saltitão* e *O Voo do Golfinho*, traduzidos integralmente, e a novela juvenil *A Bicicleta que tinha Bigodes*, sendo esta parcialmente traduzida. Através de um percurso de identificação pessoal, apresentamos um projeto que, na sua vertente mais pragmática, incluirá componentes tais como leitura, interpretação, análise contextual e temática, crítica da tradução e tradução. Tais componentes, segundo Newmark, moldadas tanto a capacidades intuitivas do tradutor (vd. *infra*, p. 42),

como aos seus conhecimentos formais, convergem para uma postura de negociação e de respeito relativamente ao idioleto do escritor, bem como para a necessidade de mediar as culturas.

Do percurso teórico e conceptual, bem como do labor prático que se seguirá, visa-se obter resultados que cooperem na constituição de um suporte metodológico que tem por intuito abordar sistematicamente a tradução das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Dividido por nós em quatro partes, que se articulam e se completam, tal suporte agrega uma atividade que está assente em quatro eixos metodológicos:

- Primeira parte - Eixo linguístico e contextual. A primeira parte tem por título “Multilinguismo ao Sul do Saara e Tradução das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa” e apresentará no seu termo cinco sínteses, organizadas em quadros sobre “Línguas dos Países Africanos de Língua Portuguesa”, “Gestão linguística nos Países Africanos de Língua Portuguesa”, “Tradução de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”, “Tradução literária da língua afro-portuguesa/ Metodologia ” e “Suporte prático da atividade de tradução literária”;

- Segunda parte - Eixo identitário e cultural. A segunda parte, intitulada “Tradução Literária: Ponte entre Culturas”, apresentará no seu termo uma observação contrastiva, organizada em tabelas, entre uma obra ondjakiana escrita no português de Angola e uma obra traduzida em língua francesa, par de línguas também por nós selecionado na presente investigação;

- Terceira parte - Eixo estético. A terceira parte intitula-se “Literatura Infantojuvenil e Renascimento Africano”;

- Quarta parte - Eixo comunicativo. A quarta parte tem por título “ Percurso de Tradução da Literatura Infantojuvenil de Ondjaki – do português de Angola para a língua francesa”

Numa primeira fase - correspondente à redação da primeira e segunda partes - a investigação focalizará o desenvolvimento dos eixos linguístico/ contextual e identitário/ cultural, sendo trabalhados, numa segunda fase - terceira e quarta partes - o eixo estético e o comunicativo. Os dois primeiros eixos reportar-se-ão à área teórica e conceptual e os dois últimos são de índole essencialmente prática.

O desenvolvimento do eixo linguístico/ contextual motivar-nos-á a refletir sobre “Multilinguismo ao Sul do Saara e Tradução de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”, seguindo um fio condutor que terá por início a gestão do património linguístico subsaariano. Nesta região, os falantes de línguas não autóctones <sup>6</sup> são avaliados em número reduzido e os atuais Estados africanos gerem situações de bi- ou de multilinguismo, em circunstâncias onde não se verifica uma correspondência entre mapa linguístico e mapa político. Em África, as línguas ultrapassam amplamente as fronteiras políticas e o seu uso oscila entre a gestão natural e a política, o que nos levará a dimensionar um quadro conceptual com indicadores sociolinguísticos.

---

<sup>6</sup> Doravante, usaremos a expressão “línguas autóctones” para designar aquelas que são presença remota dos territórios africanos, relativamente às línguas que foram divulgadas a partir da colonização. Outras denominações são por nós preteridas, tais como: línguas “nativas”, “indígenas”, “étnicas” ou até mesmo “nacionais” (quando este termo é usado no sentido de se considerar apenas “língua nacional” aquela “que é autóctone”). Note-se que no conceito de “línguas nacionais”, incluímos línguas autóctones e não autóctones ou de apropriação, considerando, por exemplo, que a língua portuguesa, língua não autóctone, nas suas variedades, é uma língua de herança e de apropriação, porém igualmente nacional, entre outras, nos países africanos.



Pelas razões apontadas, na primeira parte do nosso estudo, abordar-se-ão matérias referentes à gestão do multilinguismo e aos diversificados estatutos da língua portuguesa na região, nomeadamente em cinco países africanos de língua portuguesa (vd. *supra*, p. 5). As noções de funcionalidade, complementaridade e aclimatização linguística ajudar-nos-ão a entender modos de ingerência discursiva nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

No que diz respeito à segunda parte, a da tradução literária como ponte entre culturas, sobressai no campo teórico do polissistema literário a posição da literatura traduzida dos pontos de vista nacional e internacional. A tradução da obra literária de Ondjaki, escritor angolano da independência, permite-lhe alcançar um reconhecimento que ultrapasse fronteiras. Nesta segunda parte, será indispensável fazer um balanço retrospectivo da obra artística e literária do escritor, averiguando referências e filiações implícitas no seu idioleto e no seu imaginário. Ao findar esta parte, apresentar-se-à uma observação contrastiva da obra de Ondjaki, *Bom Dia Camaradas*, e da sua versão traduzida em língua francesa por Dominique Nédellec com o título *Bonjour Camarades*.

Na terceira parte do nosso estudo, problematizar-se-ão as características singulares da literatura infantojuvenil enquanto género no século XXI, realçando-se o reconhecimento da mesma na formação de leitores em contexto de Renascimento Africano. Serão examinadas algumas leituras infantojuvenis de Ondjaki e analisados os contextos de produção, bem como as temáticas dos contos infantis e da novela juvenil que compõem o nosso *corpus*.

Por último, na quarta parte, tendo por base a problematização teórica e conceptual, e a pesquisa e interpretação do idioleto e do imaginário ondjakianos,

serão partilhadas algumas dificuldades de reescrita literária integral de três contos infantis e de um excerto da novela juvenil, bem como apresentadas as respetivas propostas de tradução em língua francesa.

Sublinhe-se que o presente estudo, orientado pelo prisma da tradutora de língua afro-portuguesa como língua de partida, perfaz um caminho que parte de África na intenção de estruturar instrumentos teóricos, conceptuais, metodológicos e práticos de tradução. Assim norteada, a presente investigação coloca hipóteses possíveis em torno de duas questões fundamentais:

- O que se traduz ao traduzir a obra literária, de um escritor africano subsaariano, escrita numa variedade do português de África?

- Mais especificamente, o que se traduz ao traduzir um *corpus* selecionado da obra literária de Ondjaki, escritor angolano, constituído por obras suas infantojuvenis, do português de Angola/ língua de partida para o francês/ língua de chegada?

Na averiguação de possíveis respostas, esperamos poder participar, através de um modesto contributo, numa adequação de teorias e de conceitos, bem como de procedimentos de ordem prática para a tradução do português literário em África e de África, em suas variedades e diferentes níveis de língua, enquanto língua de partida.

# **1. Multilinguismo ao Sul do Saara e Tradução de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**

## **1.1. Multilinguismo ao sul do Saara**

Nos finais dos anos sessenta do século XX, alguns linguistas focalizaram o desdobramento de competências dos falantes, evidenciando, em simultâneo, a questão do contacto entre línguas e da interferência linguística. Na opinião de Uriel Weinreich, a maioria dos falantes adquire, ao longo da sua vida, competências em mais de um sistema linguístico, usando de modo mais ou menos independente vários sistemas, conforme as necessidades comunicativas do momento (Weinreich, 1968: 648).

Em sentido lato e universal, o domínio de várias línguas e os modos de gerir essa competência remetem para um passado distante que, nas palavras de Calvet, revela uma humanidade confrontada desde sempre com o uso de uma pluralidade de línguas. Onde quer que se encontrem seres humanos e quaisquer que sejam as suas línguas maternas, estes convivem com outras que dominam ou não. Sendo significativo o seu contributo, nos anos noventa do século XX, este linguista aprofunda o conceito de “diglossia”, essencial na compreensão da gestão linguística. Em seu entender, o processo de diglossia com um efeito multiplicador manifesta-se sempre que ocorre uma divisão funcional de uso entre duas línguas ou duas variedades na mesma língua (Calvet, 2009: 35 - 36).

Ao referir países que conquistaram a independência, Calvet coloca, de modo pertinente, a hipótese de um modelo que designa por “diglossias encaixadas” e exemplifica com o caso da Tanzânia, onde o processo de diglossia

advém do contacto entre a língua herdada do colonialismo, o inglês, e o swahili, língua autóctone. Por sua vez, entre o swahili, língua materna apenas de um grupo minoritário da população, e outras línguas nacionais ocorre o mesmo fenómeno diglósico (Calvet, 1999: 47).

O fenómeno de diglossia africana também se relaciona com preconceitos e juízos de valor depreciativos herdados do colonialismo. Assim, apenas um sistema escrito era tido, no senso comum, como “língua”, avaliando-se como agramatical todo e qualquer sistema ágrafo. Dado que muitas das línguas africanas autóctones eram ágrafas, estas eram designadas como “dialetos”, sendo ainda a capacidade de falar várias línguas, em diversos contextos, avaliada como um indicador de atraso linguístico e cultural. Deste modo, no sentido de precaver preconceitos de difícil desenraizamento, Calvet esclarece que, contrariamente ao que se possa pensar, a questão da multiplicidade de línguas faladas num território, não é uma característica representativa dos povos de países em desenvolvimento, mas sim uma postura comum a toda uma humanidade, ainda que se manifeste diferentemente, conforme as situações (Calvet, 1999: 43).

Afastadas as retrocessivas políticas coloniais em que as línguas africanas eram, ora negadas, ora deficientemente ensinadas, neste século incentiva-se a sua divulgação. Em qualquer circunstância, a competência e o uso de línguas são considerados como direitos humanos adquiridos universalmente. E pese embora o facto de muitas dessas línguas em África, sujeitas a processos naturais de dialetalização, aguardarem propostas de ortografias e uma estruturação de gramáticas, a sua projecção é defendida por linguistas e instituições. A criação da Academia Africana das Línguas (em 2001, pela União Africana) e a

institucionalização do Ano das Línguas africanas (em 2006, pela UNESCO) são índices do reconhecimento e do respeito pelas mesmas.

A Academia ficou incumbida, com o apoio da UNESCO, de incentivar o uso, o estudo e a investigação de línguas africanas, sublinhando-se a necessidade da sua valorização como línguas de uso quotidiano e de trabalho. Além disso, este organismo inclui, nos seus planos estratégicos essenciais, a conceção de bases de dados que incentivem o intercâmbio de informação e a cooperação na investigação linguística de e no continente africano <sup>7</sup>.

Avaliado em breve relance, o património linguístico deste continente indica uma diversidade e uma preservação excepcionais, bem como uma gestão complexa em consequência das disputas coloniais. Estas originaram uma divisão geopolítica divergente da mancha de comunicação linguística e, após as independências, a constituição oficial de blocos linguísticos. Os novos Estados africanos, face a situações de multilinguismo e a elevadas taxas de analfabetismo, adotaram a língua do antigo colonizador como língua oficial.

Da conjuntura exposta se salienta que o fenómeno multilingue africano tem sido regulado tendencialmente entre imposição e opção, e entre uso e gestão natural de línguas, que se expandem ou regridem, bem como entre poderes oficiais e opções funcionais. Porém, não obstante o indicador de gestão multilingue em África, e ao considerar um contexto mais alargado, isto é, a gestão do complexo mapa linguístico planetário no seu todo, Calvet destaca a evidência:

---

<sup>7</sup> A Academia Africana das Línguas está integrada no Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da União Africana. É uma instituição que tem por missão promover e valorizar as línguas africanas, em particular, as línguas veiculares transfronteiriças com um maior número de falantes (bem como as línguas herdadas da colonização) em todos os domínios da vida pública africana (“African Academy of Languages/ African Union Commission”, s/d: s/p.).

“il n'existe pas de pays monolingue et la destinée de l'homme est d'être confronté **aux** langues et non pas à **la** langue” (Calvet, 1999: 32).

## **1. 2. Funcionalidade linguística subsaariana**

Na África subsaariana, à semelhança do resto do mundo, as línguas e a competência multilingue são geridas através de relações de poder: entre o poder político e o económico, e entre o número de falantes e o estatuto de prestígio ou de menor relevância atribuído a uma dada língua. Tais fatores originam o uso predominante de determinadas línguas sobre outras, realçando-se uma conduta espontânea de comunicação na gestão natural organizada pelos próprios falantes.

Assim sendo e tendo em conta o facto de haver no planeta cerca de sete mil línguas (ou seja uma média de trinta por país), poder-se-ia considerar que fica vedada ou, pelo menos, inviabilizada a comunicação entre os falantes. Ao invés disso e apesar da maldição de Babel, o que se verifica é precisamente o oposto. A comunicação, enquanto produto de uma prática, funciona invariavelmente e tal gestão de dupla face é assim sintetizada: “il y a deux types de gestion (...). [Les] pratiques sociales et (...) l'intervention sur ces pratiques (...). [La] gestion *in vivo*, (...) [est] la façon dont les gens, confrontés (...) à des problèmes de communication, les résolvent ” (Calvet, 2009: 111).

Nessas circunstâncias, os falantes africanos gerem a sua “Torre de Babel”, pelo prisma de dois níveis maiores de estratificação linguística: o nível geopolítico de carácter oficial, anteriormente referenciado como tendo origem em condicionalismos históricos (colonização/ independência), e um segundo nível de repartição linguística funcional de natureza espontânea. O Gana, o primeiro país africano a proclamar a sua independência (1957), adotou o inglês, língua não

autóctone, como língua oficial. Sucessivamente, os Estados africanos, confrontados com a necessidade de pautar por opções linguísticas, foram adotando uma ou duas línguas oficiais <sup>8</sup>.

Como se regulam, nesta região, a repartição linguística funcional e a repartição linguística oficial? O primeiro modo de gestão linguística emerge de necessidades assumidas espontaneamente pelos falantes, através de uma teia de relações quotidianas, visando a restituição eficaz da comunicação. O mapa linguístico africano, um dos mais complexos do mundo, dita frequentemente uma seleção linguística diária de duas ou três línguas, por vezes quatro. Definem-se assim opções e hierarquizam-se funções, mas de que modo? Calvet, conhecedor do terreno africano, delimita, além de uma mais restrita organização funcional, uma macrogestão linguística política que, como segundo modo de organização, evidencia zonas de estruturação oficial: “La configuration politique fait apparaître une [...] organisation du continent en zones arabophone, francophone, anglophone et lusophone, [...] organisées politiquement [...] soumises à différentes solidarités [...]” (Calvet, 2002: 29 - 30).

O primeiro modo de organização, social e não político, está assente na correlação de forças entre línguas e grupos sociais. Calvet menciona que, fundamentalmente, todas as formas de expressão linguística subsaariana giram em torno de dois pólos: o gregário e o veicular. O pólo gregário abrange sistemas linguísticos que limitam a comunicação a menores grupos de falantes e marcam a especificidade. Enquanto isso, o pólo veicular tende a amplificar-se através de

---

<sup>8</sup> O Burundi e os Camarões são dois dos raros países africanos que adotaram duas línguas oficiais. O Burundi adotou oficialmente o francês e o kirundi, sendo esta a língua nacional dominante do ponto de vista social e os Camarões adotaram duas línguas fixadas pela colonialismo: o francês e o inglês.

movimentos que expandem a comunicação, conquistando gradativamente um número cada vez mais significativo de locutores (Calvet, 1999: 79 - 81).

Atente-se no facto de todos estes fenómenos, confundidos, ocorrerem no espaço africano de língua portuguesa, tornando-se naturalmente oportuno elucidar os conceitos de língua gregária, língua veicular, língua nacional e língua oficial - na perspectiva de Calvet - bem como o específico conceito de língua de unidade nacional, adotado após as independências.

### **Língua gregária**

Segundo Calvet (1999), na África ao sul do Saara, as línguas gregárias são línguas maternas autóctones africanas, faladas no lar, em família, nas aldeias, sobretudo nas regiões costeiras, sendo portanto isentas de uma significativa projeção. Razões várias, de ordem topográfica e ambiental, bem como condicionalismos históricos, fizeram surgir uma multitude de grupos linguísticos e culturais em determinadas regiões. Em consequência disso, países africanos de reduzida extensão territorial apresentam um elevado número de línguas: este é o caso da Guiné-Bissau <sup>9</sup>.

Num exemplo mais próximo de nós, refira-se, em situação de emigração, o uso de uma língua gregária na afirmação de uma identidade. Em Portugal, a diáspora caboverdiana, com falantes que têm origens insulares e uma estratificação social e etária diversas, usa o crioulo - nas suas muitas variedades -

---

<sup>9</sup> A Guiné-Bissau é o país africano de língua portuguesa que ostenta a mais complexa gestão linguística com diglossias encaixadas: língua portuguesa (oficial), crioulo (língua veicular por excelência) e as demais línguas africanas.



em contexto familiar e socialmente, preservando-o de modo gregário, relativamente à língua portuguesa.

### **Língua veicular**

A língua que congrega um número crescente de falantes é designada pelo investigador de “veicular”, sendo usada para solucionar barreiras de comunicação entre aqueles que não falam a mesma língua materna (Calvet, 1999: 135). Foram fatores de ordem ambiental e comercial que ditaram a seleção de um menor número de línguas para comunicar em determinadas situações. Assim, remontando aos impérios africanos (Gana, Songai, Mali, Monomotapa), constituídos antes da chegada dos europeus, e atendendo a uma transação comercial com o Norte de África, verifica-se que as trocas mercantis levavam consigo, não somente produtos tais como o ouro e o sal, mas também línguas como o bambara, o wolof e o swahili <sup>10</sup>.

Aponta-se o caso de propagação secular do swahili, difundido a leste de África na zona bantu, sendo uma língua falada em cerca de dez países (Kukanda, 2000: 105) pelo facto do seu estatuto, inicialmente comercial, se ter convertido ao de língua veicular, ou dito de outro modo, ao de uma língua de comunicação para múltiplas circunstâncias. O mercado africano é tendencialmente um espaço ativo, antigo e atual de trocas e comércio, difundindo línguas e, a seu modo, gerindo naturalmente o fenómeno multilingue com uma tendência confinada, sobretudo para o uso de línguas veiculares (Calvet, 1999: 108).

---

<sup>10</sup> O swahili, língua veicular com um número muito significativo de falantes, é uma das línguas de trabalho da União Africana. No Acto Constitutivo desta organização, pode-se ler: “São línguas de trabalho da União e de todas as suas instituições, se possível, as línguas africanas, o árabe, o francês, o inglês e o português (“Acto Constitutivo da União Africana”, 2000: s/p.).

Na África subsaariana contemporânea, as línguas veiculares são raramente faladas no território de um só país e usam-se com frequência em situações de trabalho e como recurso de integração urbana <sup>11</sup>. A cidade africana possui um papel preponderante na difusão dessas línguas dominantes e o fenómeno veicular transporta consigo, através de uma coerente gestão pragmática, a solução para a “babelização africana”:

(...) ce que nous montre le phénomène véhiculaire, c'est que partout où apparaît un problème de communication, la pratique sociale lui apporte une solution: **la communication s'établit malgré le plurilinguisme**. Et ces langues véhiculaires constituent donc une façon de relever, *in vivo*, le défi de Babel. (Calvet, 1999: 134 - 135)

De referir além disso que, no processo de propagação de línguas veiculares, o meio assume frequentemente uma predominância maior com relação ao contexto familiar. Veja-se o caso da cidade de Luanda, onde a língua portuguesa - língua materna para grande parte da população - tem vindo a alcançar o estatuto de língua veicular e o de língua de unidade nacional, abrangendo falantes de outras línguas maternas. Importa solucionar eventuais dificuldades de comunicação entre grupos culturais, pois muitos habitantes de Luanda são oriundos de diversas regiões de Angola, foragidos, por vezes, de um passado bélico recente. Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho define o resultado de tais situações como: “a insularidade linguística de Luanda, em que o português é a língua materna para a maioria da população” (Martinho, 1995: 43).

---

<sup>11</sup> No continente africano, inúmeras línguas são transfronteiriças. O fula, por exemplo, é uma língua falada em toda a África ocidental: na Guiné-Bissau e na Guiné-Conacri, mas também na Mauritânia, no Senegal, no Mali, no Burkina Faso, no Níger, na Nigéria e nos Camarões.

## Língua nacional e língua de unidade nacional

Os atuais Estados africanos integram uma pluralidade de comunidades com diversas línguas nacionais e identidades. O Chade, por exemplo, é um país onde se fala uma multitude de línguas e onde uma única língua é oficial: o francês. O reconhecimento e o respeito oficial por todas as línguas nacionais não significam a possibilidade de as estudar e ensinar todas, de modo imediato pelo menos. A adoção prática de tal medida implicaria elevados custos e planificações, visando a regulamentação de normas gramaticais, a fixação de ortografias, a conceção de manuais e a formação de formadores, entre muitas medidas.

Nos cinco países africanos onde a língua portuguesa é língua oficial, desde as independências, esta é igualmente língua literária e, por vezes, língua de unidade nacional. É uma língua falada também como língua materna, sendo assim, entre outras, uma das línguas nacionais de cada um desses países. Sobre o conceito de “língua nacional”, é importante assinalar que, em alguns destes países, se deve distinguir o estatuto de língua nacional do estatuto de língua de unidade nacional. A língua de unidade nacional revela a função peculiar de ser uma língua eleita para a comunicação, face à convivência de diversas comunidades linguísticas, inicialmente em situação de guerra de libertação e, mais tarde, em tempos de guerra civil e conquista da paz. Tal estatuto pode ser, deste modo, atribuído a uma língua africana, como é o caso do kriol da Guiné-Bissau ou do wolof no Senegal. Pode ainda ser atribuído a uma língua dita “europeia”<sup>12</sup>,

---

<sup>12</sup> As línguas fixadas pelas colonizações são frequentemente designadas de “línguas europeias”. Preferimos a designação “línguas africanas não autóctones ou de apropriação”, dado que partilhamos a convicção, como anteriormente referido, que todas as línguas em África, sendo faladas e escritas também como línguas maternas, são africanas. Isto independentemente do número dos seus falantes se constituir ou não em minorias.

habitualmente a língua oficial, como é o caso da língua portuguesa em Angola e em Moçambique. Nestes países, a língua portuguesa expandiu-se em tempos de guerra e após as independências, talvez mais até nestas circunstâncias que em alguns séculos de colonialismo, como veículo de comunicação entre diferentes comunidades linguísticas e culturais, nomeadamente no seio das forças armadas. Sobre o dinamismo dessa expansão linguística, são eloquentes as palavras de Isabel Leiria:

A guerra colonial e sobretudo as guerras civis que lhe seguiram, e a consequente deslocação de populações para as capitais de Moçambique e de Angola, fizeram do Português a única língua veicular disponível com uma função comparável à desempenhada pelo crioulo na Guiné-Bissau, onde falam crioulo os deslocados das suas regiões de origem, aos que nelas permanecem bastam as respectivas línguas nacionais. Como é evidente, a condição de língua veicular é transitória: o que é veicular para uma geração será língua materna para a geração seguinte. Parece ser o que está a acontecer em Angola e Moçambique com o Português à semelhança do que acontece com o crioulo em Cabo Verde. (Leiria, 2007: 9 - 10)

O pragmatismo do uso da língua de unidade nacional é assumido por diversos dirigentes políticos africanos. Em discurso proferido por ocasião do Primeiro Seminário sobre Padronização da Ortografia da Língua Moçambicana (1989), a então Ministra da Educação, Graça Machel, alude ao estatuto da língua portuguesa, considerada como língua de unidade nacional pelos moçambicanos, sem “qualquer complexo perante o antigo colonizador ou o reconhecimento da superioridade da sua cultura” (Machel, *apud* Martinho, 1995: 20).

### **Língua oficial**

Quando, em contexto multilingue, há uma única língua oficial esta ocupa um espaço dominante do ponto de vista político, ainda que não o ocupe do ponto de vista social. A língua oficial goza de um estatuto de prestígio, viabilizando a promoção individual e o prosseguimento de estudos em países estrangeiros, principalmente para quem tem acesso à escolarização e a modalidades de educação formal. As línguas francesa, inglesa, portuguesa e espanhola, concomitantemente, em alguns casos, com línguas africanas autóctones, são as línguas oficiais dos Estados africanos ao sul do Saara, não sendo de um modo geral maioritariamente faladas como línguas maternas.

A língua oficial é a língua de funcionamento dos órgãos estatais nas relações administrativas, nos meios de comunicação social, no uso de tecnologias de informação e no ensino, onde esta detém essencialmente o estatuto de língua segunda. No continente africano, os conceitos de língua gregária, veicular, nacional, de unidade nacional e oficial atestam, como se viu, uma correlação entre História, Nações e Estado. Através de uma antiga prática social, decorre com sabedoria uma regulamentação linguística, sendo que na comunicação diária dos falantes prevalece a perspicácia da alternância. A propagação das línguas autóctones continua a produzir-se, basicamente, no seu uso oral, sendo igualmente difundidas através de programas de rádio e de televisão <sup>13</sup>.

A regência da multiplicidade linguística concretiza-se em vários campos de atuação. A alfabetização, a escolaridade, os meios de comunicação social, os de administração do aparelho de Estado, as artes e a investigação académica são

---

<sup>13</sup> Angola é um país onde, com o eclodir da independência, se realizaram programas de rádio e de televisão em línguas autóctones. No atual momento, essas línguas continuam a ser ensinadas em várias regiões e em diversos níveis de escolaridade.

algumas das áreas passíveis de planeamento. Em todo o caso, Calvet recomenda vivamente a viabilidade de uma articulação entre funcionalidade linguística espontânea e tomada de decisões oficiais. Para este investigador, é desejável que uma política linguística empreenda a difícil tarefa de saber gerir, com destreza, o confronto entre os objetivos dos órgãos de poder e as soluções intuitivas (Calvet, 1996: 51- 52). O sucesso decorrente de políticas e planificações linguísticas é tanto maior quanto mais se logre um equilíbrio, entre decisões de gabinete na oficialização de técnicas de intervenção e escolhas espontâneas da sociedade (Calvet, 1996: 63).

Note-se que Moçambique é um país que apresenta uma ativa investigação sobre o estudo do português como língua segunda e estrangeira em contexto africano. Perpétua Gonçalves e outros investigadores têm dedicado os seus trabalhos a tal domínio, sendo de consignar que a Universidade pública Eduardo Mondlane, em Maputo, toma a iniciativa de receber estudantes estrangeiros, oriundos de países africanos circundantes, que aí aprendem o português como língua estrangeira. No contexto da África Austral, este é um país com um foco ativo de promoção do português nessa modalidade.

### **1. 3. Língua portuguesa: língua africana**

A viabilidade do uso de línguas gregárias, veiculares e oficiais decorre eficazmente de uma relação complementar e a funcionalidade linguística subsaariana é como que um *ex-libris* do mundo global no século XXI: a cada língua uma dada função, numa dada circunstância. Sob este ponto de vista, subjacente ao multilinguismo africano, está um saber de gestão equilibrado, traduzido em vantagem e progresso. Cada vez mais representativa deste novo

século, a funcionalidade linguística é viável, assim se logre otimizar a sua gestão em África. É um facto que o desígnio de sucesso no planeamento linguístico nem sempre se verifica no resto do mundo. Veja-se o exemplo de discórdia linguística na Bélgica entre falantes de flamengo e falantes de francês.

Face à decisão de todos os países africanos, sujeitos à colonização portuguesa, terem adotado o português como língua oficial - e não obstante estarmos perante cinco realidades linguísticas distintas - a aprovação desta medida constituiu o primeiro passo institucional que fez desta língua uma pertença africana. Desde 1975, foram-lhe atribuídos diversos estatutos: o estatuto de língua oficial de funcionamento de Estado, de unidade nacional em alguns casos, o de língua literária, de ensino e de aprendizagem nas modalidades de língua segunda, materna e estrangeira <sup>14</sup>. A distinção entre língua segunda e estrangeira tem sido objeto de debates e investigação, sendo de realçar o trabalho de Gonçalves realizado em contextos africanos. A investigadora define tais conceitos, diferenciando-os de modo preciso:

Usa-se a designação “língua segunda” para fazer referência às línguas não maternas que têm um papel institucional e social, usadas em comunidades multilingues, em contraste com as chamadas “línguas estrangeiras” que, sendo igualmente línguas não maternas, são apenas usadas em ambiente escolar ou em situações pontuais de comunicação. (Gonçalves, 2013: 157)

---

<sup>14</sup> Os Países Africanos de Língua Portuguesa têm vindo a assumir as metodologias destas três modalidades no ensino e na aprendizagem da língua portuguesa: língua segunda no ensino oficial, língua materna nas escolas portuguesas e língua segunda e estrangeira em Universidades. Por vezes, o ensino e a aprendizagem de adultos estrangeiros, designadamente estudantes ou diplomatas, incidem, por exemplo, na área do português de negócios.

Por outra parte, com o intuito de delinear as realidades linguísticas dos Países Africanos de Língua Portuguesa, contribuindo para a criação de uma nomenclatura de gestão linguística dos mesmos, Martinho propõe critérios para uma elucidativa ordenação:

A verdade no entanto é que cada país tem circunstâncias específicas que devemos ressaltar. Uma primeira distinção a fazer é a de realidades continentais (Angola, Guiné, Moçambique) e insulares (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), ou seja, multilinguismo ou bilinguismo dominantes respectivamente. (Martinho, 1995: 18 - 19)

Consideramos a pertinência desta proposta, pois nela se distinguem realidades continentais de realidades insulares, respetivamente com multilinguismo ou bilinguismo, porém tal diferenciação carece de uma caracterização adicional. Nela, incluímos assim uma outra variável: o estatuto, anteriormente por nós focalizado, de língua de unidade nacional (vd. *supra*, pp. 19-20). Atente-se, caso a caso, na situação linguística de cada um desses países.

No que toca às realidades insulares com bilinguismo, isto é, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a necessidade de afirmação de uma língua de unidade nacional não se coloca. Nestes países, além da língua portuguesa, falam-se as variedades de base lexical portuguesa da língua crioula de Cabo Verde ou caboverdiano (Barlavento e Sotavento) e crioulos em São Tomé e Príncipe, também de base lexical portuguesa (angolar, forro e linguyé) com interferências fonéticas, morfológicas e sintáticas de línguas africanas. Em Cabo Verde, o caboverdiano, nas suas variedades, é a língua materna da maioria da população (cf. Pereira, 2006). Em São Tomé e Príncipe, tendencialmente grande parte da população fala português. Expressando e refletindo identidades nacionais, os



crioulos convivem, numa relação de plena complementaridade com a língua portuguesa. Do ponto de vista do enquadramento histórico, apesar de ideológica e ativamente integrarem os movimentos de libertação nacional para a independência, estes territórios não foram palco de guerras coloniais e civis. Em Cabo Verde, é perceptível uma postura de afirmação cultural através da língua crioula<sup>15</sup> e este país poderá vir a ser o primeiro dos cinco africanos de língua portuguesa a oficializar uma outra língua, ou seja, o caboverdiano<sup>16</sup>.

Distintas são indubitavelmente as realidades continentais de Angola e de Moçambique com multilinguismo. Nestes países, a língua portuguesa é um elo mediador entre povos, falantes de diferentes línguas nacionais autóctones, tendo adquirido a função de língua de unidade nacional, em redor de um Estado-nação (ou nações). Essa função foi sublinhada por Arlindo Barbeitos que definiu, em simultâneo, a condição africana da língua portuguesa em Angola:

Cada angolano deveria conhecer a língua da sua região e o português, porque [esta] é (...) a língua de unidade nacional. O português é também uma língua angolana, invertendo-lhe de certo modo o sentido da língua dominadora que foi, indiscutivelmente.” (Barbeitos, 1985: 422)

Quanto à realidade moçambicana, Gonçalves defende que, após a independência, se produziu uma ampliação de funções e de contextos de

---

<sup>15</sup> Note-se que Cabo Verde é um país que muito tem investido no estudo do crioulo e de suas variedades. No discurso académico atual, o crioulo é frequentemente designado de caboverdiano ou língua caboverdiana. Esta língua já possui um alfabeto e vários estudos elaborados com tendência para a organização de uma gramática. O caboverdiano é a língua usada preferencialmente na vida quotidiana, sendo também língua de escrita poética, de debates parlamentares, de letras de canções, de cinema, da Internet e redes sociais, da expressão dramática, bem como de “cartoons” e de espetáculos de “stand up comedy”.

<sup>16</sup> Os linguistas caboverdianos Manuel Veiga, Alice Matos e Dulce Duarte, entre outros, colaboraram no trabalho de padronização da língua caboverdiana. Tal norma - padrão é conhecida pela sigla ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano).

utilização do português, o que gerou no país (segundo dados fornecidos por Firmino, 2010, Instituto Nacional de Estatística) um aumento significativo do número de falantes dessa língua. Calcula-se assim que, atualmente, mais de 50% da população moçambicana, língua segunda e língua materna confundidas, fala português (Gonçalves, 2013: 160).

No que se refere à condição da língua portuguesa na Guiné-Bissau, Martinho (1995:19) dá conta das muitas dificuldades do seu ensino enquanto língua de escolarização: “Na Guiné, o país em que a língua portuguesa desde sempre teve menos penetração, os problemas educativos são ainda mais complexos”. Por outro lado, a gestão linguística natural na Guiné-Bissau, país de extensão territorial reduzida com multilinguismo, diferencia-se dos restantes Países Africanos de Língua Portuguesa. Este país com multilinguismo distingue-se de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe por não ser um país insular com bilinguismo, distinguindo-se de Angola e de Moçambique no que se relaciona com a eleição natural da língua que detém o estatuto de unidade nacional. Efetivamente, na vida quotidiana e no ensino guineenses, de modo não oficializado, é o crioulo nas suas modalidades de “kriol fundu” e “kriol lebi” - a primeira modalidade é mais africanizada e tradicional e a segunda detém um cariz mais urbano (Bull,1989: 79) - que desempenha a função de língua de unidade nacional. O “kriol” estabelece um natural traço de união entre as diversas comunidades linguísticas e culturais do país, como conferido por Maria Augusta Henriques: “A luta de libertação nacional difundiu bastante o crioulo como nossa língua na unidade. O crioulo, (...) língua que se utilizava no comércio, passou sendo utilizado em áreas cada vez maiores” (Henriques, 1985: 238).

A compreensão desta gestão linguística espontânea passa ainda pela identificação topográfica e ambiental, dado que este país possui características geográficas peculiares que o demarcam dos restantes países. Deste modo, a sua distribuição territorial - continental e insular - leva-nos, conforme os critérios propostos por Martinho, a definir a Guiné-Bissau como um país de realidade insular - continental <sup>17</sup> com multilinguismo, sendo o kriol a língua de unidade nacional.

Em suma, dir-se-á que, em larga medida, a topografia e a integração regional, bem como os processos da História - o passado colonial e os acontecimentos recentes das independências - explicam as diferenciadas situações linguísticas destes cinco países. Martinho alega que as políticas coibitivas, exercidas durante a vigência colonial portuguesa, a partir fundamentalmente dos últimos cem anos, fazem igualmente todo o sentido sobre a questão linguística. Recorde-se que o uso de línguas africanas em situação escolar era, nessa época, ignorado ou hostilizado nas escolas públicas (Martinho, 1995: 15 - 16).

Expondo algumas circunstâncias da colonização linguística em África, a investigadora menciona que diferentes políticas linguísticas determinaram diferenciados desenvolvimentos na educação. Deste modo, apesar de serem tradicionalmente vistas como mais agressivas, as colonizações inglesa e belga integraram, na realidade, valores autóctones no sistema escolar, o que foi extensivo ao critério de adoção de línguas africanas. Com base numa política colonial de assimilação, Portugal assumiu desde sempre um ponto de vista diferente e que passava pela adoção da religião, da língua e da cidadania

---

<sup>17</sup> Dado o acidentado território guineense ser composto por um espaço continental e um significativo espaço insular, optamos por uma designação diferenciada.

portuguesas. A partir das independências em 1975, os cinco países têm vindo a reconhecer a língua portuguesa com função suscetível de se tornar fator de unidade, acolhendo-a como língua de ensino e veicular para os vários conteúdos disciplinares. Apesar destas observações servirem para os vários casos, Martinho ressalva contudo ser necessário ponderar as circunstâncias específicas de cada país (Martinho, 1995: 18).

Vivências do passado e dinâmicas no presente têm vindo a africanizar a língua portuguesa enquanto património africano. Belmiro Ramos, que entende a reivindicação da língua como copropriedade e direito histórico, interroga:

Ora, até que ponto não será a Língua Portuguesa, ela também, um valor cultural extensivo ao povo de Cabo Verde? Se as ruínas, se os monumentos históricos, se outros legados do passado são nossos, porque não a Língua Portuguesa? A nossa luta libertou o Crioulo, não terá igualmente libertado o Português? (Ramos, 1985: 229)

Reportando-se a Angola e a Moçambique, Martinho tece igualmente algumas considerações que confirmam a pertença africana da língua. A investigadora alega que, nestes países, o facto de os textos escritos o serem em língua portuguesa, tanto em termos oficiais como na comunicação social e em particular na literatura, vem negar a ideia de que o português aí seja uma língua estrangeira. Tais opções de escrita e de comunicação oral, segundo Martinho, justificam que também seja uma língua africana, independentemente de ser língua materna para uma percentagem reduzida da população (Martinho, 1995: 27).

Também quanto ao processo de implantação histórica do português em Moçambique, até ao momento atual, Gregório Firmino considera que o português

se encontra num processo de “nativização”, sendo esta língua, entre outras, um dos legítimos recursos linguísticos de que dispõem os cidadãos (Firminio, s/d: s/p.). Ajuizando assim pelo que se tem vindo a afirmar, a ideia a reter encontra-se num artigo de Leiria cujo duplo título é interrogativo: “Português em África/ Português de África?”. Nas derradeiras palavras do mesmo, Leiria responde à sua própria interrogação: “(...) mais tarde ou mais cedo, se as coisas continuarem assim, o Português será **de** África (...)” (Leiria, 2007: 10).

Face ao que foi exposto, é então possível afirmar que, além de vetor de comunicação africana, a língua afro-portuguesa <sup>18</sup> se desdobra em modos de pensar africanos. Presentemente, angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses nela imprimem as suas culturas, tradições, aspirações e vivências. Dotadas de funções existenciais e artísticas, modos de estar e de ver o mundo, as variedades desta língua africana resultam de processos de apropriação e de subversão que são parte significativa do discurso de escritores africanos.

Conforme os legados, a convivência entre escrita e oralidade, entre culturas de imposição e culturas africanas, língua portuguesa e línguas autóctones, assim eclodem os diferentes modos de apropriação. Calvet descreve sugestivamente esse resgate linguístico e identitário, alegando que a apropriação da língua do antigo colonizador, pelas populações de países independentes, constitui mais um indicador para o processo evolutivo de uma língua, tanto no que se refere ao seu

---

<sup>18</sup> Por nós assim designada. É consensual considerar que a língua portuguesa **de** África (vd. Leiria, *supra*, p. 20) se encontra em contacto com línguas e culturas autóctones e que, nessa convivência, as interferências são uma constante. Além da sua função institucional e do seu estatuto, não somente, mas também de língua materna, todos os processos de “aclimatação” (vd. Calvet, *infra*, p. 30) que lhe são inerentes em África a convertem, conseqüentemente, em língua afro-portuguesa.

estatuto, como à constituição do seu *corpus*. Este sociolinguista entende, sobremaneira, que a apropriação da língua não ocorre apenas pelo facto de ser aprendida, mas ainda pelo modo como é “adotada” e localmente transformada e aclimatada.

Pelo prisma de conceitos das ciências ecológicas, tais como “aclimatamento” e “aclimação”, Calvet exemplifica. Dá-se o aclimatamento de uma espécie animal ou vegetal quando esta sobrevive a uma deslocação para um meio alheio sem se reproduzir. Por sua vez, a aclimação de uma espécie acontece quando esta, não somente sobrevive em meio alheio, mas ainda se reproduz. A relação entre estes processos e a evolução diacrónica das línguas é óbvia e, em consequência, o investigador sugere que a apropriação do francês, do inglês ou do português poderá futuramente fazer surgir novas línguas: “C’est en ce sens que cette appropriation agit sur le *corpus*, par un processus d’acclimatation qui donne d’abord à une même langue des formes (...), différenciées, avant, parfois, de la faire éclater en langues différentes” (Calvet, 2002: 166 - 167).

A tradução e a divulgação das Literaturas Africanas passam por uma compreensão dos vários modos de apropriação da língua portuguesa por africanos e pela natural conversão da mesma em língua nacional e de unidade nacional. No atual contexto de globalização, se atendermos ao impacto económico desta língua que, em muito, se avalia pela emergência de países como Angola, Brasil e Moçambique <sup>19</sup>, o seu desempenho será também o de projeção cultural.

---

<sup>19</sup> “O valor Económico da Língua Portuguesa” foi tema da terceira conferência do primeiro ciclo de conferências dinamizadas pelo Observatório da Língua Portuguesa, com base em iniciativas e estudos realizados pelo ISCTE. Esta instituição de ensino superior tem vindo a divulgar o balanço de dados recolhidos sobre o potencial económico atual da língua portuguesa (s/d: s/p.).

Propõe-se então que parte dessa projeção dinâmica se realize através da tradução literária em África.

#### **1. 4. Terminologia da tradução de Literaturas Africanas**

Na sequência dos argumentos expostos, ao deter o estatuto de língua africana por critérios constitucionais e institucionais e pelo uso que dela se faz na vida quotidiana e artística e em ambiente escolar, a língua portuguesa é uma opção de escrita literária que reflete necessariamente a funcionalidade linguística da região. Martinho é de opinião que as línguas africanas foram, desde sempre, utilizadas na escrita literária do português, o que nos permite, desde logo, duvidar da impermeabilidade de todos estes mundos. A língua portuguesa é pertença de todos os que a falam e recriam esteticamente:

Sabemos o quanto [a língua portuguesa] se tem transformado e regionalizado um pouco por toda a parte, na América, em África ou na Europa. Provavelmente não temos ainda dados suficientes para fixarmos todos esses fenómenos na sua imensa mobilidade e inventiva, mas sabemos o quanto nos amplia a pertença a um universo pleno de alteridades e vocações estéticas. (Martinho, 1995: 5 - 6)

A aclimação da língua em África coloca, por outro lado, a questão da relação linguística com as identidades, também à luz da História de África, escrita por africanos e, numa perspetiva mais contemporânea, no contexto do Renascimento Africano <sup>20</sup>. Nos Países Africanos de Língua Portuguesa, os escritores divulgam ativamente as suas identidades como patrimónios históricos e

---

<sup>20</sup> Wolfgang Dopcke, professor de História Contemporânea da Universidade de Brasília, refere que esse genuíno conceito surgiu do ideário africano e da necessidade de demarcação que aspira a uma autêntica independência africana (Dopcke, 2002 : s/p.).

culturais, nomeadamente através de valores morais, educativos, do respeito pelos antepassados e pelos mais velhos, respeito esse que ainda é determinado por códigos comportamentais, individuais e coletivos. Para referir somente alguns desses muitos criadores literários africanos, citaremos para Angola: Luandino Vieira, Pepetela, Ana Paula Tavares; para Cabo Verde: Germano Almeida, Orlanda Amarilis, Arménio Vieira; para a Guiné-Bissau: Odete Semedo, Tony Tcheka, Abdulai Sila; para Moçambique: Craverinha, Mia Couto, Paulina Chiziane; para São Tomé e Príncipe: Francisco José Tenreiro, Aíto Bomfim e Albertino Bragança.

Foram condicionalismos de natureza histórica e cultural que levaram os escritores destes espaços geográficos a optar, sobretudo, pela língua portuguesa em suas variedades africanas, firmando um rumo que, segundo Salvato Trigo, devemos situar numa relação triádica de interferências entre Literaturas de Língua Portuguesa (Portugal, Brasil, África) <sup>21</sup>. Bem entendido, o tradutor que opte por escritores africanos de língua portuguesa, à semelhança de Laban, fica confrontado com dificuldades de vária ordem num contexto de textualização fortemente marcada do ponto de vista linguístico e cultural.

Anotando dificuldades de interpretação da escrita literária africana, Ana Mafalda Leite define, por exemplo, o projeto literário do escritor José Craveirinha como duplamente subversivo. Leite menciona a exploração, pelo poeta, de cruzamentos linguísticos do português com o ronga e a intromissão de marcas culturais próprias do universo moçambicano tradicional. Craveirinha escreve

---

<sup>21</sup> No artigo “Emergência das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa e a Literatura Brasileira”, Trigo (1992: 433) salienta um tráfico de influências entre as literaturas de Portugal e do Brasil e, em particular, entre as literaturas africanas de língua portuguesa e a brasileira.



poemas e contos a partir de um corpo tecido por essas duas línguas, mas também, em menor grau, pelo inglês, usando, frequentemente, empréstimos do ronga na sua forma pura ou cruzada, no caso ronga/ português (1987: 499). Tais intentos aumentam a responsabilidade de quem traduz para uma língua de acolhimento e deve o tradutor estar atento, não somente a perfis idioletais, como ainda ao desafio de interpretar e de reexpressar identidades agora libertas de imposições normativas <sup>22</sup>.

Considerando a tradução literária como uma atividade criativa, pesquisadora e imaginativa de equivalências extremamente sensível, Barreto entende que a mesma decorre num clima de constante confronto, gerado pela dualidade linguística de partida e de chegada. Graças ao talento de quem traduz, a obra reescrita deve funcionar como uma plataforma equilibrada entre o “habitat” cultural da obra original e o contexto cultural de acolhimento da obra traduzida (Barreto, 1987: 506).

Insista-se no facto de, na tradução das Literaturas Africanas, o conceito de “habitat” se revelar fundamental, sendo contudo necessário evitar algumas antigas e tradicionais oposições: tradição face à modernidade, oralidade face à escrita, ruralidade face ao êxodo para a cidade e multiculturalidade face ao poder estatal. Na sociedade global de conhecimento e de informação, sem negar que, nas sociedades africanas, possa haver ocorrências de todos esses movimentos, o

---

<sup>22</sup> Em sua obra *O Pós-Colonialismo e a Literatura : Estratégias de Leitura*, Thomas Bonnici sustenta que a literatura pós-colonial rejeita o termo “língua normativa”, atribuído à língua da antiga metrópole e que, portanto, a história desta literatura é a do processo pelo qual o poder da linguagem e a autoridade da literatura são desenraizados da cultura europeia dominante. Reivindica-se um ambiente próprio para o seu desenvolvimento, dado que os direitos de um centro poderoso, detentor da língua normativa ou da exclusividade canónica literária, se extinguíram (Bonnici, 2000: 265 - 266).

paradigma de mudança está presente numa África que, com as suas tradições e sabedorias, participa agora nos desafios colocados pelo novo século.

Num mutável quadro de vivências mundiais, a postura de alguns escritores africanos é a de reivindicar a cidadania do mundo, declarando em debates académicos a primazia desse estatuto sobre a sua pertença africana. Numa ampliação do conceito de cidadania, a reflexão sobre identidades africanas assume, também ela, uma alteração de paradigma, face a um cada vez maior intercâmbio de culturas. Alguns contestam o conceito de “autenticidade cultural” que sugere estagnação e intolerância, sendo que os fluxos e refluxos culturais se querem recetivos e interativos, pelo que se reitera o respeito pelo dinamismo cultural, pela diversidade e pela diferença <sup>23</sup>.

Posto isto, o tradutor de Literaturas Africanas é impelido, por um lado, a observar o valor intrínseco da obra do escritor africano de língua portuguesa, no espaço a que pertence, bem como face ao fenómeno de mundialização da cultura, se for caso disso. Por outro lado, deve o tradutor considerar os modos como esse escritor revela a sua pertença a uma determinada identidade cultural, face ao seu idioleto e a opções individuais no uso da língua portuguesa em África.

### **1. 5. Função mediadora da tradução literária**

A tradução afigura-se sempre como necessária e possível nessa resolução de uma coexistência múltipla de línguas no mundo. Apesar da negação da

---

<sup>23</sup> Edward Said e Homi Bhabha sublinham a essência híbrida do intercâmbio de culturas num mundo cada vez mais orientado pela mediação cultural (Said, 1994; Bhabha, 2002). No debate pós-colonial, o conceito de hibridismo focaliza a ausência de identidades autênticas e puras: “Partly because of empire, all cultures are involved in one other, none is single and pure, all are hybrid, heterogeneous, extraordinarily differentiated and unmonolithic” (Said, 1994: xxv).

mesma, enquanto produto finito e perfeito, a transferência linguística e cultural revela-se tão imprescindível quanto intemporal. É um passo essencial no erguer de pontes entre povos do mundo e múltiplas culturas, funcionando como elo promotor de compreensão e partilha.

Ao longo do século XX, a necessidade de incrementar esta atividade intuiu muitos tradutores/ investigadores, entre os quais Mounin, Steiner, Eco, Nida, Newmark, Toury, Even-Zohar, Haroldo de Campos, Lefevere e Bassnett, a pugnar pela edificação de teorias que possam estruturar suportes científicos, auxiliares de uma prática da tradução. Na intensa atividade da segunda metade do século passado, mantém-se contudo alguma irresolução metódica, sobretudo no que diz respeito aos campos de teorização da tradução literária. A literariedade e a plurissignificação em literatura originam constantes impedimentos à constituição de uma teoria com validade única e globalizante, ainda que o fluxo de literatura traduzida esteja sempre a aumentar.

No domínio da tradução literária, são algumas as celeumas em volta das quais surgem controvérsias, nomeadamente quanto ao seu estatuto - artístico ou não - e quanto à formação do tradutor, a saber, se a mesma deve incorporar, além dos conhecimentos científicos, o estímulo para capacidades intuitivas e estéticas no desenvolvimento de competências.

De um modo genérico, são quatro os parâmetros fundamentais, e seus diferendos, debatidos no quadro de uma teorização e de uma *praxis* desta atividade: tradutibilidade /intradutibilidade; invisibilidade do tradutor/ visibilidade do mesmo; fidelização ao autor e à obra/ recriação e elegância do discurso; literalidade/ literariedade.

Neste universo de tensões, é mister reconhecer-se que cada tradutor detém um perfil individual, do mesmo modo que é reconhecido o perfil individual do autor. Bassnett corrobora tal apreciação e defende que um mesmo poema, traduzido por doze tradutores, fará com que sejam produzidas doze versões poéticas diferentes. No entanto, assegura - e esta asserção é fundamental - em cada uma dessas versões se poderá discernir aquilo a que Popovic designa de “núcleo invariável” do poema original (Bassnett, 2003: 73). O escritor, como criador artístico, coloca assim quem o traduz, o seu retextualizador, no patamar de (re) criador artístico.

Está claro que, na preservação do referido “núcleo invariável”, a relação do tradutor literário com o seu autor e com a obra em processo de tradução, por norma, nunca é pacífica. Esta perfaz, com frequência, um agitado percurso entre fidelidade e recriação, num trabalho de reescrita criativa que é sentido como árduo e solitário, obstinado até, numa busca permanente de – inatingível - perfeição. Não raras vezes, o trabalho do tradutor é pouco valorizado, sendo alvo frequente de juízos de valor empíricos. Assim, se o tradutor literário for demasiado fiel ao autor, é acusado de pecar pela ausência de elegância no discurso, contudo se demanda essa elegância será acusado de se afastar do autor e de não respeitar a obra original. Se não traduz uma determinada obra, é porque é incapaz de o fazer, todavia se ousa abraçar o projeto está sujeito a críticas sobre a sua imperfeição.

A sacralização da obra literária original coloca, por vezes, o tradutor na posição de mau usurpador e de mau plagiador ou, em outros termos, na posição de quem nunca alcança, de modo perfeito, a transferência de um sistema linguístico para o outro. Ainda assim, e por mais óbvia que nos pareça a afirmação, é seguramente do labor do tradutor literário que se faculta a divulgação

de autores, expandindo horizontes e esbatendo fronteiras culturais. Atento a esta evidência, Georges Mounin relativiza a questão da intradutibilidade: “Il reste à considérer pourquoi et comment, et surtout dans quelle mesure et dans quelles limites, l’opération pratique des traducteurs est, elle, relativement possible” (Mounin, 1963: 191).

Quando admite que doze tradutores de um poema produzem doze versões poéticas diferentes, Bassnett contraria, por assim dizer, a possibilidade de existência de uma tradução única e correta, colocando-nos perante um tradutor literário que é definido, antes de tudo, como leitor e como intérprete da obra que será traduzida. Investigadores como Ana Cristina Tavares e José Manuel Lopes partilham a mesma opinião:

Tal como na crítica de um texto original não poderá existir uma única leitura possível ou uma única interpretação, também numa tradução de um texto literário - que pressupõe sempre uma interpretação anterior e/ou simultânea ao acto de traduzir - não poderá existir uma única tradução, dita “correcta” que se imponha a todas as outras. (Tavares e Lopes, 2005: 84)

No âmbito específico da produção de literatura traduzida, os parâmetros de invisibilidade <sup>24</sup> e de fidelidade, e seus diferendos, são ponderados de modo recorrente. Na perspetiva de uma certa (in) fidelidade, ao tradutor literário é

---

<sup>24</sup> Lawrence Venuti reconhece que a tradução envolve, necessariamente, um processo de adaptação que domestica a obra original: “Translations, in other words, inevitably perform a work of domestication” (Venuti, 1999: 5).

Venuti define ainda o conceito “invisibilidade” em tradução como o processo de retextualização que visa criar a ilusão da presença autoral na obra traduzida e domesticada: “[...] translation is required to efface its second-order status with transparent discourse, producing the illusion of authorial presence whereby the translated text can be taken as the original” (Venuti, 1999: 7).

atribuída, por alguns, a qualidade de coautor, conferindo-lhe assim uma relativa liberdade na recriação da obra, o que faz jus ao seu papel de mediador:

O tradutor literário, que deverá ser um indivíduo bilingue e bicultural, é sempre um co-autor com uma identidade e subjectividade próprias, logo deverá ter a possibilidade de poder acrescentar ao texto informações destinadas a explicitar elementos culturais implícitos na língua de partida, sem sentir que “traiu” o “texto original”. (Tavares e Lopes, 2005: 84)

É ponto assente que, na crítica da tradução literária, o parâmetro de fidelidade e o seu diferendo tem sido o mais debatido, sendo prática comum a tendência para a tomada de iniciativas pouco sistematizadas. No entanto, se a produção literária se acompanha do exercício de crítica literária, pautado por normas, também a tradução literária e a crítica dessa tradução se devem reger por procedimentos acompanhados de instrumentos de aferição crítica. Tavares e Lopes entendem que, a juízos de valor impressionistas, emitidos por vezes na oralidade, é necessário contrapor uma atividade regulamentada.

Opiniões emitidas de modo espontâneo e subjetivo revelam ser quase sempre apressadas: “Geralmente menciona-se apenas uma “fidelidade” ao “original” ou diz-se que “o texto traduzido flui bem” (Tavares e Lopes, 2005: 81). Além disso, afirmam, ninguém apareceria com uma possível lista de “erros” gramaticais, lexicais, fraseológicos ou de pontuação cometidos por Camilo, Eça ou Saramago. No entanto, é quase sempre com uma lista de “erros”, sugerindo-se, aqui, o cometimento de traições, que nos confrontamos nos artigos ou emissões orais de juízos de valor sobre traduções literárias (Tavares e Lopes, 2005: 82).

Ana Maria Bernardo confirma de igual modo uma certa debilidade, subjacente à crítica da tradução literária, e insiste na seleção de princípios para a validação desta nova disciplina que, mais recentemente, se tem designado por “Crítica da Tradução”. É dado constatar que esta necessita de um suporte teórico, dotado de parâmetros específicos, se quiser reclamar-se de científica, isto no sentido de evitar a formulação de impressões subjetivas destituídas de qualquer valor heurístico, como as de tradução boa/ má, fiel/ infiel ao original ou agradável.

Para Bernardo, sendo uma atividade distinta da crítica literária, não é tarefa secundária e invisível, praticada por quem não tem formação apropriada. Subentende-se pois a necessidade de desenvolver um quadro conceptual com a explicitação de critérios de aferição, a justificação das afirmações feitas e a apresentação de alternativas construtivas, devendo os critérios ser claros e uniformemente aplicados ao longo da apreciação. O crítico da tradução deve ainda explicitar a escala de avaliação que vai utilizar, as passagens da obra em apreço, bem como as passagens sobre as quais vai fazer incidir a sua avaliação (Bernardo, 2005: 73). Tendo por referência um quadro conceptual definido, o crítico da tradução centra a sua tarefa em torno dos objetivos que definiu: “O papel do crítico será o de tentar reconstruir retrospectivamente o caminho do tradutor, avaliando a obra traduzida à luz das normas estéticas de reprodução seguidas pelo tradutor” (Bernardo, 2005: 79).

Ancorada, amiúde, em juízos de valor impressionistas, a crítica da tradução tem mantido uma manifesta relação com alguns conceitos que têm vindo a ser progressivamente relativizados, tais como os de tradução “fiel” ou “livre” e, mais recentemente em estreita relação com os anteriores, com o conceito de

“equivalência”. Sobre este último, Conceição Lima refere que é um conceito mal definido e que, por isso, não é adequado como conceito básico de tradução, sobretudo pela sua imprecisão. No seu entender, o termo apresenta uma ilusão de simetria entre línguas que ocorre dificilmente, além do nível de aproximação. Lima menciona, por outro lado, que a proposta de Gadamer preconiza uma reorientação do processo para a reflexão sobre o papel do tradutor. Deste ponto de vista, propõe-se o enfoque no tradutor, como leitor e intérprete, e na tradução como produção de um texto mediado pela compreensão de um sujeito, cabendo ao recetor - o público-alvo - determinar a sua funcionalidade (Lima, 2010: 20 - 21).

Para o entendimento da função mediadora do tradutor, bem como das suas competências, muito contribuiu a escola denominada “The Manipulation School”, que surgiu nos anos oitenta do século XX, representada por Lefevere, Lambert, Hermans e Bassnett, entre outros. Estes investigadores argumentam que a tradução coloca o texto de partida num processo de manipulação consentida (Lima, 2010: 21). O processo de manipulação reporta-se, desta sorte, a leituras metódicas e, daí decorrendo, à criação de uma linguagem em todas as suas potencialidades, apesar de se manter a máxima ou possível fidelização ao idioleto de um autor e à mensagem do texto de partida.

Os princípios enunciados, respeitantes ao labor de tradução literária como processo de manipulação, que é parte integrante de um sistema de mediação, bem como a proposta do escritor e tradutor Haroldo de Campos, incorporam a metodologia adotada na presente investigação. Refira-se que Campos usa o termo “transcrição” para designar o processo criativo e cultural que gera a obra traduzida. Nesse prisma, o tradutor é definido como um leitor profundamente



crítico que transforma, no texto literário, o impossível de dizer em espaço de recriação artística, sendo que a postura de fidelidade consiste na tradução da mensagem estética, do tom, do “espírito” e da coerência lógica do texto. Campos entende assim que traduzir um texto literário é recriá-lo num fenómeno de aculturação (Campos, 1993: 31 - 48). Sublinhe-se portanto a nossa preferência pela escolha de uma orientação com um enfoque no tradutor literário como sujeito ativo, fundamentalmente leitor e intérprete da obra, e ainda como manipulador e recriador da mesma num processo artístico de mediação linguística e cultural.

Além dos traços aqui focalizados do perfil de tradutor, é importante mencionar que cabe ao mesmo determinar a metodologia global (vd. *infra*, pp. 6 - 10), as fases antecedentes à reescrita e as da reescrita (vd. *supra*, pp. 143 - 149). Nesse sentido, os testemunhos de outros tradutores são bastante úteis para averiguar o planeamento de uma tradução. Conceição Lima, por exemplo, sugere o seguinte faseamento:

O texto (...) deve ser visto em termos da sua **função comunicativa** (...) como parte de um contexto sociocultural mais vasto. Tomando este como ponto de partida, a análise textual por parte do tradutor deve começar por identificar o texto, em termos de cultura e situação, como parte de um “factor contínuo do mundo” (*world continuum*). A fase seguinte é a análise da estrutura do texto, iniciando-se a partir da macroestrutura, ao nível da coesão lexical (...), e, finalmente, devem ser desenvolvidas estratégias para traduzir o texto, com base nas conclusões tiradas da análise. É importante realçar (...) que a análise não tem por objectivo isolar os fenómenos ou unidades para estudá-los em profundidade, mas traçar uma cadeia de relações, em que a importância das unidades individuais é determinada pela sua relevância e função no texto. (Lima, 2010: 52 - 53)

De sublinhar que não basta ao tradutor adotar uma metodologia, planejar a sua reescrita e deter conhecimentos formais e informais, pois além dos procedimentos relatados, afigura-se ser necessário combinar tais posturas com um fator que, tido em linha de conta, se assinala como capacidade intuitiva do tradutor. Essa capacidade é definida por Peter Newmark como “sexto sentido”:

A translator has to have a flair and a feel for his own language. There is nothing mystical about this ‘sixth sense’, but it is compounded of intelligence, sensitivity and intuition, as well as of knowledge. This sixth sense, which often comes into play during a final revision, tells you when to translate literally, and also, instinctively, perhaps once in a hundred or three hundred words, when to break all the ‘rules’ of translation (...). (Newmark, 2001: 4)

#### **1. 6. Quadros - síntese**

Ao rematar e visando os procedimentos metodológicos e a tradução literária, no contexto específico dos Países Africanos de Língua Portuguesa, apresentamos cinco quadros. Estes têm o propósito de recapitular, de modo esquematizado e sintético, algumas das questões abordadas e problematizadas nesta primeira parte da nossa investigação:

Quadro 1 - Línguas dos Países Africanos de Língua Portuguesa;

Quadro 2 - Gestão Linguística nos Países Africanos de Língua Portuguesa;

Quadro 3 - Tradução das Literaturas de Língua Portuguesa;

Quadro 4 - Tradução Literária da Língua Afro-portuguesa/ Metodologia;

Quadro 5 - Suporte prático da atividade de tradução literária.

**Quadro 1**

<b>Línguas dos Países Africanos de Língua Portuguesa</b> <sup>25</sup>	
<b>ANGOLA</b>	Língua oficial: português Outras línguas nacionais: kikongo, kimbundu, cokwe, umbundu, gangela, nyaneke, herero
<b>CABO VERDE</b>	Língua oficial: português Outra língua nacional: crioulo ou caboverdiano com duas variedades maiores – Barlavento e Sotavento
<b>GUINÉ-BISSAU</b> <sup>26</sup>	Língua oficial: português Outras línguas nacionais: crioulo ou kriol (popularmente distingue-se o “kriol fundu” do “kriol lebi”), balanta, fula, mandinga, manjaco, papel
<b>MOÇAMBIQUE</b>	Língua oficial: português Outras línguas nacionais: tsonga, ronga, changane, chopi, tonga, shona, macua, maconde, swahili
<b>SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b>	Língua oficial: português Outras línguas nacionais: crioulos (angolar, forro e lingué)

<sup>25</sup> A informação, constante do Quadro 1, foi seriada em Gonçalves (2013), Leiria (2007), Pereira (2006), Kukanda (2000), Vilela (1999), e Bull (1989).

<sup>26</sup> Por ordem alfabética e num contexto demarcado, mencione-se aqui um outro país de língua oficial portuguesa: a Guiné Equatorial. Inicialmente com o estatuto de observador associado da CPLP na VI cimeira de Chefes de Estado e do Governo, em julho de 2006, o país solicitou formalmente, em junho de 2010, a sua adesão de pleno direito à CPLP. Em julho do mesmo ano, oficializou por decreto o português ao lado do espanhol e do francês. A iniciativa de Presidente Obiang teve por objetivo a aceleração do processo de adesão deste país à CPLP.

## Quadro 2

<b>Gestão linguística nos Países Africanos de Língua Portuguesa</b> <sup>27</sup>	
<p><b>ANGOLA/ MOÇAMBIQUE</b> (países continentais com multilinguismo)</p>	<p>Países multilingues com diversas línguas autóctones. Em Angola, o português é a língua materna da maioria da população, principalmente na capital. Em Moçambique, o português revela uma tendência para se expandir. Em ambos os países, é língua de unidade nacional (também divulgada durante as guerras coloniais e civis).</p>
<p><b>CABO VERDE/ SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b> (países insulares com bilinguismo)</p>	<p>Países bilingues: crioulos/ português. Consensualmente, os crioulos são considerados como línguas de identidade nacional. Em Cabo Verde, o crioulo ou caboverdiano é falado pela esmagadora maioria da população como língua materna. Em São Tomé e Príncipe, o português tende a expandir-se, sobretudo nas áreas urbanas.</p> <p>Em São Tomé e Príncipe, nomeadamente na capital, São Tomé, a maioria da população fala o português como língua materna (na variedade santomense). O angolár é falado no sul da ilha de São Tomé, o forro em zonas rurais e o linguyé (que é sobretudo estudado academicamente) na ilha do Príncipe. Acrescente-se que o crioulo caboverdiano é falado em várias regiões de São Tomé e Príncipe como língua materna, devido às sucessivas vagas de emigração de caboverdianos para este país.</p>
<p><b>GUINÉ- BISSAU</b> (país insulo - continental com multilinguismo)</p>	<p>País multilingue, com diversas línguas autóctones, de gestão linguística comparativamente mais complexa. O crioulo, e não o português, apresenta-se como a língua mediadora na unidade nacional. O crioulo/ língua veicular reúne cada vez mais locutores, sobretudo na capital do país, mas também em toda a sua extensão territorial, expandindo-se natural e continuamente.</p>

<sup>27</sup> A organização da informação, constante no Quadro 2, tem por referência algumas reflexões de Leiria (2007), Pereira (2006) e Martinho (1995).

### Quadro 3

#### Tradução de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa<sup>28</sup>

<b>Quadro teórico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudos de tradução literária;</li><li>• História de África, independências e povos africanos;</li><li>• Renascimento Africano;</li><li>• Relação triádica das Literaturas de Língua Portuguesa (Portugal, Brasil e Países Africanos de Língua Portuguesa);</li><li>• Autoria, textualização e criação literárias;</li><li>• Abordagem de <b>quatro eixos fundamentais (Quadro metodológico)</b>: 1- linguístico/ contextual, 2- identitário/ cultural, 3- estético e 4- comunicativo.</li></ul>
<b>Quadro prático</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Focalização do par de línguas, seleção e justificação do <i>corpus</i>;</li><li>• Focalização do contexto de produção e de temáticas;</li><li>• Coautoria, retextualização, recriação e tradução;</li><li>• Percurso de dificuldades e justificação de opções;</li><li>• Proposta de versões na língua de chegada.</li></ul>
<b>Conceitos-chave</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Literaturas de Língua Portuguesa;</li><li>• Literaturas Africanas de Língua Portuguesa;</li><li>• Tradução de literaturas escritas nas variedades da língua afro-portuguesa.</li></ul>

<sup>28</sup> A síntese, patente no Quadro 3, foi organizada com o intuito de integrar as reflexões teóricas e conceptuais, expostas ao longo da primeira parte da investigação, bem como a nossa proposta metodológica para a Tradução das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

## Quadro 4

### Tradução literária da língua afro-portuguesa/ Metodologia <sup>29</sup>

<b>Pesquisa e organização de conhecimentos</b>	<b>Eixo linguístico /contextual:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Países (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe);</li><li>• Funcionalidade linguística e interculturalidade;</li><li>• Bilinguismo e multilinguismo;</li><li>• Variedades da língua afro-portuguesa.</li></ul>
	<b>Eixo identitário /cultural:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Culturas de partida (marcas culturais);</li><li>• Marcas de identidade;</li><li>• Ruralidade e urbanidade;</li><li>• Oralidade e escrita;</li><li>• Cidadania e globalização.</li></ul>
	<b>Eixo estético:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Relação das Literaturas de Língua Portuguesa (Portugal, Brasil e gerações literárias africanas);</li><li>• Cânones literários;</li><li>• Escritor em foco: imaginário e idioleto (estilo, tom e ritmo).</li></ul>
<b>Competências do tradutor</b>	<b>Eixo comunicativo:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Função da tradução e definição do público-alvo;</li><li>• Domínio exímio das línguas de partida e de chegada;</li><li>• Domínio exímio do “habitat” e das culturas (partida e chegada) .</li></ul>

<sup>29</sup> O Quadro 4 é uma síntese da nossa sugestão metodológica, proposta e exposta ao longo da primeira parte, sendo adotada por nós no planeamento da presente investigação.

## Quadro 5

### Suporte prático da atividade de tradução literária <sup>30</sup>

<b>Decomposição do processo tradutivo</b>	
<b>O tradutor literário: leitor, intérprete e mediador linguístico e cultural</b>	
<p><b>Processo de leitura:</b></p> <p>língua (s) de partida/ cultura (s) de partida</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura de prazer;</li> <li>• Leitura de descodificação de significados;</li> <li>• Apreensão da mensagem, da coerência global e do “núcleo invariável” textual;</li> <li>• Leitura de descodificação de língua (s) e cultura (s) e destaque de formas marcadas linguísticas e culturais.</li> </ul>
<p><b>Processo de interpretação, manipulação e transcrição:</b></p> <p>espaço de interseção: da língua de partida à língua de chegada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa autoral e textual (documental e terminológica - lexical, sintática, semântica e fraseológica -);</li> <li>• Recriação da temática e de contextos culturais e identitários;</li> <li>• Recriação do estilo do escritor, do tom e do “espírito” do texto.</li> </ul>
<p><b>Processo de mediação:</b></p> <p>reescrita na língua e cultura (s) de chegada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formulação e seleção de hipóteses nos processos de transferência;</li> <li>• Revisões e aperfeiçoamento;</li> <li>• Divulgação do autor, da mensagem estética (e dos cânones literários) na cultura de recepção.</li> </ul>

<sup>30</sup> O Quadro 5 representa, em síntese, os passos da prática de tradução literária. Alguns processos antecedem essa prática, outros ocorrem nas diversas fases da mesma e outros, ainda, decorrem de procedimentos de aperfeiçoamento no remate da reescrita literária.